

## **O PAPEL SOCIAL DA PRÉ-ESCOLA**

*Sonia Kramer*

Da PUC/RJ e da DEMEC/RJ

Apresentação feita durante o Congresso Comemorativo dos 50 anos de Educação Pré-Escolar da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, em agosto de 1985. O texto original sofreu algumas alterações, mas foi mantida sua forma de exposição oral.

Esse trabalho tem como foco um aspecto bastante específico dentre tantos temas e problemas educacionais com que nos defrontamos às vésperas de uma Assembléia Nacional Constituinte: a pré-escola.

Partindo do princípio de que a pré-escola é direito da criança brasileira, parto, igualmente, do princípio de que uma Constituinte que se pretenda democrática deverá, no que se refere à população infantil, postular a obrigatoriedade por parte de Estado de oferecer creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos, de todas as classes sociais, garantindo que seja da família a decisão de efetivar ou não a matrícula.

“Creche” e “pré-escola” são, em geral, distinguidas ora pela idade das crianças incluídas nos programas – a creche se definiria por incluir crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6 – ora pelo seu tipo de funcionamento e pela sua extensão em termos sociais – a creche se caracterizaria por uma atuação diária em “horário integral”, e a pré-escola, por um funcionamento semelhante ao da escola, em “meio período”. Há ainda uma terceira classificação que diz respeito à vinculação administrativa: a creche se subordinaria, assim, a órgãos de caráter médico ou assistencial, e a pré-escola ao sistema educacional.

Evidentemente, a creche, muito mais que a pré-escola, representa uma alternativa concreta para viabilizar a liberação da mulher para o mercado de trabalho. Mas em todos os tipos de atendimento, se coloca como igualmente relevante a necessidade de que o trabalho realizado no seu interior tenha não só um caráter assistencial, como também educativo. Assim, além da garantia do atendimento nutricional, de saúde e da segurança, se reconhece a importância de existirem determinadas condições de funcionamento e, portanto, de recursos materiais e humanos no sentido de propiciar o desenvolvimento infantil.

Em que pesem as ambigüidades das diversas categorizações, a questão educacional está, portanto, nelas presente, e é dessa questão que me limito a tratar aqui, entendendo pré-escola como trabalho com crianças de 4 a 6 anos, esteja ou não inserida no espaço de uma creche, mas cuja responsabilidade deveria ser progressivamente assumida pelo sistema educacional público.

Organizei a exposição em itens, procurando discutir os pontos que são, a meu ver, fundamentais: em primeiro lugar, defendo a idéia de que a pré-escola desempenha um papel social importante no contexto da luta pela democratização da educação brasileira; em seguida, analiso especificamente o papel social da pré-escola pública no momento atual, enfatizando a relação da pré-escola com a escola de 1º grau; ao final, e em decorrência deste segundo item, aponto que contribuições específicas a pré-escola pode dar, discutindo seus limites e possibilidades.

## **A PRÉ-ESCOLA NO CONTEXTO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

A prioridade política em termos educacionais hoje é a escola de 1º grau, o acesso a ela e a permanência nela das crianças das classes populares com a garantia da aquisição dos conhecimentos sistematizados. A escola pública, universal e gratuita – direito

de todos os cidadãos – precisa tornar-se de fato de todos.

No entanto, a nossa luta presente e premente para que se torne efetiva a escola de 1º grau não é contraditória com a necessidade de que a médio ou mesmo curto prazo conquistemos a pré-escola pública para todos. Na verdade, se sabemos que cerca de 12% dos 10 milhões das crianças brasileiras de 4 a 6 anos recebe algum tipo de atendimento pré-escolar, incluindo-se nesse dado toda a rede privada, podemos compreender como, em termos de quantidade, estamos muito – mas muito – distantes de uma pré-escola democrática. E se levamos em conta ainda que nos dados do atendimento pré-escolar público estão incluídas ações e programas ligados à saúde, à assistência social infantil, e aos cuidados com o menor, podemos perceber que também em termos da qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido no seu interior a pré-escola pública não é ainda democrática, pois muitas das escolas têm na realidade caráter assistencial ou sanitário, e não educacional. A defesa então, de uma pré-escola pública se soma à defesa da escola pública de 1º grau e fortalece, ainda, nossa reivindicação por mais verbas para a educação como condição para torná-la acessível para todos.

Vejam, isso não significa que eu não considere importante o atendimento assistencial ou médico. Penso que a creche tem um papel social extremamente relevante, tanto no serviço que presta às crianças quanto no que proporciona às mulheres. Mas mesmo a creche precisa ser organizada educativamente para favorecer o desenvolvimento infantil, e não ser mero depósito de crianças. Além disso, entendo o quanto a expansão do atendimento pré-escolar representa um avanço. No entanto, penso que o que caracteriza um programa como sendo de **educação** pré-escolar é o fato de ter atuação pedagógica: a pré-escola tem uma função social e educacional específica e é preciso esclarecer que função é essa e como ela se concretiza na prática.

## **PAPEL SOCIAL (ESPECÍFICO) DA PRÉ-ESCOLA PÚBLICA**

Ora, não existe atualmente consenso entre educadores, administradores e professores sobre qual é o papel da pré-escola. Encontramos diferentes posicionamentos: uns consideram que a pré-escola não é capaz de fornecer qualquer benefício à escolaridade posterior; outros, porém, defendem a educação pré-escolar como forma de prevenir os problemas e fracassos da 1ª série, propondo intensa preparação, principalmente através do treinamento de habilidades e de formação dos hábitos e atitudes. Os primeiros desconfiam da pré-escola, os segundos acham que ela tem um grande poder. Além desses, há os que atribuem à pré-escola o papel de promover o desenvolvimento global da criança, retirando dela o seu caráter preparatório e encarando a pré-escola como tendo apenas objetivos em si mesma, independente de sua vinculação com a escola de 1º grau.

A meu ver, reconhecer o papel social da pré-escola significa justamente reconhecer como legítimos – e mais do que isso – em assumir, junto com a escola

pública, a tarefa de universalização dos conhecimentos. Reconhecer o papel social da pré-escola significa compreender que ela tem a função de contribuir com a escola. Nem inútil, nem capaz de resolver todos os problemas futuros, nem tampouco importante em e por si mesma, a pré-escola tem sim como papel social o de **valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos**, exercendo o que me acostumei de chamar de **função pedagógica da pré-escola** (Abramovay e Kramer, 1984, p.28-38; Leite Filho e Kramer, 1983, p.67-83), para diferenciá-la das demais. Mas é preciso compreender claramente que contribuir com seu trabalho pedagógico para a escola de 1º grau não quer dizer que a pré-escola é capaz de, por um passe de mágica, prevenir os problemas posteriores. É fundamental entender que as transformações da própria escola de 1º grau são absolutamente necessárias. Há uma tendência dentre aqueles que trabalham como professores de jardim de infância em acreditar que as crianças saem para a 1ª série com o seu desempenho escolar garantido e que, por causa do trabalho feito com elas na pré-escola, construirão um mundo melhor, uma sociedade diferente. Essa crença reflete a própria força do discurso ideológico veiculado que joga na infância (passada) a culpa pelos problemas do presente e atribui à infância (presente) a capacidade redentora dos problemas futuros. Penso que o primeiro passo para tornar possível qualquer contribuição concreta da pré-escola à escola de 1º grau é ter clareza quanto aos seus limites.

O segundo passo necessário para tornar possível a contribuição à escola é o de encarar, conceber, **ver a criança enquanto o ser social que ela é**. Gostaria de me alongar nesse aspecto, pois freqüentemente os professores da pré-escola e os estudantes de Pedagogia ou os que fazem a licenciatura se espantam quando afirmo que as crianças são seres sociais, e não apenas seres psicológicos ou em desenvolvimento, em crescimento, em evolução (por mais que concordemos com o fato de que há evidentemente uma evolução bio-psicológica universal). Dizer que a criança é um ser social significa considerar que ela tem uma história, que vive uma geografia, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões do seu contexto familiar e de acordo também com a sua própria inserção nesse contexto. Assim é que, por exemplo, uma criança de classe popular que trabalha – em casa ou fora dela – é vista e valorizada por sua família de forma diferente de uma criança de classe média que apenas brinca ou estuda e se prepara para se tornar adulto um dia. Essa idéia vai no sentido inverso do preconceito, muito difundido entre nós, de que as classes médias valorizam a infância enquanto as crianças das classes populares são menos consideradas por suas famílias e até menosprezadas por elas. Sem querer romantizar a dureza do trabalho infantil e as adversas condições sociais em que vive a infância em nosso país, penso que é essencial superarmos o preconceito, percebendo que essas crianças têm um papel social produtivo e direto

no cotidiano de suas famílias em função mesmo de sua sobrevivência. Por outro lado, nessas mesmas crianças é concentrada a esperança de melhoria de vida das classes populares que vêm na escola uma de suas chances de ascensão social.

É necessário, portanto, compreender que a criança é um ser social, uma pessoa, um "cidadão de pouca idade" enraizada num todo social que a envolve e que nela imprime padrões (de autoridade, de linguagem e de outros aspectos sociais) diferentes do modelo de criança que existe nos manuais. Essa compreensão, esse nosso conhecimento de quem é a criança concreta com quem trabalhamos é condição, então, para que atuemos com ela na pré-escola no sentido de favorecer o seu desenvolvimento pleno e o seu conhecimento amplo sobre a realidade física e social. Quando falo, pois, no papel social e político da pré-escola estou me referindo à função pedagógica que essa pré-escola deve exercer. O papel social da pré-escola está exatamente no fato dela assumir a sua função pedagógica.

É necessário formar hábitos na pré-escola? Sim! É preciso que a criança crie, invente, imagine? Sim, a resposta é sim, em ambos os casos. Porém, cada um desses objetivos não se realiza solto, desligado de um contexto. Quando digo que a pré-escola tem um papel social, uma função pedagógica, estou me referindo, então, a um trabalho que leva em consideração a realidade, a linguagem, os conhecimentos infantis e os ampliam, assegurando a aquisição de novos conhecimentos, ou seja, estou me referindo a um trabalho que toma como ponto de partida o que a criança sabe e faz, e que, além disso, transmite o que ela ainda não conhece e não sabe fazer. É fundamental aqui a nossa confiança nas possibilidades das crianças se desenvolverem e a nossa valorização das suas mais diferentes formas de expressão. Mas mais do que isso, tal confiança e tal valorização se operacionalizam e se tornam reais, através de um trabalho pré-escolar intencional e sistemático, estruturado em atividades e situações que garantam a aquisição de novos conhecimentos, a realização de novas aprendizagens.

Em síntese, enfatizei, inicialmente, que a defesa da pré-escola pública é parte integrante da nossa luta pela democratização da educação brasileira. Em segundo lugar, procurei esclarecer que, no meu entender, o papel social da pré-escola pública é exatamente o de contribuir através de sua atuação pedagógica para o ensino de 1º grau e apresentei, além disso, como passos fundamentais, os próprios limites dessa contribuição e a necessidade de considerarmos as crianças como seres sociais. Procuro, agora, concretizar um pouco mais como essa função pedagógica pode se traduzir na prática e, para isso, tomo o terceiro e último ponto da exposição.

## CONTRIBUIÇÕES DA PRÉ-ESCOLA À ESCOLA DE 1º GRAU

É curioso perceber como são dicotomizados, em geral, o desenvolvimento infantil e os conhecimentos progressivamente adquiridos pela criança. Por perceber que são pólos intrínsecos do mesmo processo, creio que a maior contribuição pode advir da pré-es-

cola é exatamente a de propiciar o desenvolvimento da criança enquanto garanta a aquisição de novos conhecimentos

Nessa medida, é preciso que o currículo da pré-escola articule: 1) a realidade sócio-cultural da criança, considerando os conhecimentos que ela já tem (se se considera a criança como um ser social que aprende e aprende os valores, a linguagem, o saber, enfim, do meio em que vive); 2) seu desenvolvimento e as características próprias do momento que está vivendo (se se considera as teorias do desenvolvimento infantil e os estudos de caráter cognitivo, psico-motor, lingüístico e sócio-afetivo); e 3) os conhecimentos do mundo físico e social (se se considera importante, do ponto de vista político, articular a pré-escola com a escola de 1º grau) (Assis, 1984, p.67-83).

Uma prática pedagógica que tenha como suporte um currículo dessa natureza, favorecerá, necessariamente o desenvolvimento da linguagem e demais formas de expressão, bem como a construção, pela criança, da leitura escrita (Abramovay e Kramer, 1985, p.103-8); o pensamento lógico-matemático e a construção das relações matemáticas básicas (espaciais, de classificação e seriação, etc.); as experiências com os objetos e a aquisição das noções relativas ao mundo físico (cor, espessura, tamanho, e tantas mais; além de animais, vegetais, etc.); a maior exploração da sua realidade sócio-cultural e as diferenças e semelhanças que têm com o mundo social mais amplo em que está inserida (habitações, família, profissões, transporte, rua, favela, o campo e a cidade, etc.). Isso significa que a criança vai se desenvolvendo e conhecendo o mundo ao mesmo tempo. E as atividades realizadas precisam, assim, propiciar o seu desenvolvimento e, simultaneamente, a ampliação de seus conhecimentos: explorando, perguntando, observando, a criança vai conhecendo mais, e conhecendo mais ela irá experimentar, observar, perguntar, duvidar, criticar... Cabe destacar que o desenvolvimento da linguagem e do pensamento infantis são instrumentos fundamentais, pois através deles é que a criança irá aprimorando seus conhecimentos sobre o mundo físico e social.

Uma prática pedagógica que pretenda favorecer o desenvolvimento infantil e, simultaneamente, a construção do conhecimento por parte da criança precisa se estruturar em atividades significativas, concretas, reais, que têm um *para quê* não somente para o adulto, mas, fundamentalmente, para a criança. Do ponto de vista de sua operacionalização no cotidiano da pré-escola, uma proposta desse tipo tem diferentes caminhos: ela pode ser organizada sob a forma de temas geradores (Abramovay e Kramer, 1985, p.103-8), verdadeiro fio condutor sistematizador do trabalho pedagógico; pode ser desenvolvida através dos projetos, como os estruturados com base na Pedagogia Freinet<sup>1</sup>, mas deve ser – tanto nesses casos como em inúmeros outros (Mello e Freire, 1986, p.82-105) – cunhada na própria prática por professores e crianças. Para isso, a política de educação pré-escolar deve contemplar e, até mesmo, priorizar a formação dos recursos humanos.

É necessário lembrar, enfim, que em qualquer dos caminhos traçados a contribuição da pré-escola se coloca, fundamentalmente, na sua tarefa socializadora. O conhecimento da criança não depende apenas do

professor. Muito ao contrário, ele é fruto de todas as experiências infantis dentro e fora da pré-escola (como da escola). E, nesse sentido, o trabalho realizado no interior da pré-escola pode propiciar as experiências das crianças, favorecendo os intercâmbios (Teberosky, 1982) de seus conhecimentos, explicações, perguntas, dúvidas como pode também, ajudar a sistematização dos conhecimentos já adquiridos e facilitar a aquisição/construção de novos. É a partir dessa concepção que se coloca como viável o desenvolvimento do processo de alfabetização, tema que tantas polêmicas tem gerado entre professores e pesquisadores que atuam na e com a pré-escola (Abramovay e Kramer, 1985, p.103-8)

## CONCLUSÕES (algumas)

Procurei apresentar, em primeiro lugar, que entendendo a pré-escola pública, de qualidade, como direito das crianças das classes populares. Direito a ser conquistado. Conquista essa que faz parte da nossa necessária luta pela democratização da educação brasileira.

Em segundo lugar, destaquei que o papel social da pré-escola hoje é o de contribuir para a escola de 1º grau, nossa prioridade atual nessa luta por uma educação democrática. Frisei, ainda, que essa contribuição só será concreta se a pré-escola exercer sua função pedagógica de valorização e ampliação dos conhecimentos infantis e aquisição de novos conhecimentos; e isso é muito mais do que apenas deixar as crianças conviverem e formar nelas bons hábitos.

Em terceiro lugar, falei de uma das contribuições que a pré-escola pode dar hoje à escola de 1º grau, que é a de favorecer a articulação da realidade sócio-cultural da criança, seu estágio de desenvolvimento e os conhecimentos sistematizados do mundo físico e social.

Finalmente, gostaria de acrescentar um aspecto que se relaciona com todos os demais; se está claro que a pré-escola pública tem um importante papel social a cumprir, é preciso que ela deixe o espaço marginal que tem ocupado na área da saúde e da assistência social mas, principalmente, no campo educacional e que seja reconhecida como aspiração legítima das famílias e das crianças. É preciso, pois, lutar para que nessa próxima Constituinte, a pré-escola e o atendimento à criança de 0 a 6 anos não sejam mais uma vez relegados como "coisa menor", e que o Estado assumia seu dever de oferecer educação pública em todos os níveis, incluindo o pré-escolar.

<sup>1</sup> É extensa a bibliografia de Freinet. Limito-me a apontar a edição brasileira de Freinet, E. **O itinerário de Celestin Freinet**: a livre expressão na pedagogia Freinet, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981; a tradução que faz Dias, R.J. de **Professores da pré-escola em ação**. UNIMEP/Departamento de Educação e Técnicas Freinet para a Escola Maternal de Madeleine Porquet (mimeo).

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ABRAMOVAY, M. & KRAMER, S. Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade. *Cadernos de Pesquisa*. (52):103-8, jan. 1985.
- \_\_\_\_\_. O rei está nú: um debate sobre as funções da pré-escola. *Caderno do CEDES*. (9):27-38, 1984.
- ASSIS, R. Projeto Nezahualpilli: uma alternativa curricular para a educação de crianças de classes populares. *Cadernos do CEDES*. (9):67-83, 1984.
- LEITE FILHO, A.G. & KRAMER, S. Educação pré-escolar: viabilidade de uma proposta metodológica a serviço das crianças das classes populares. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, XIV. *Anais*. Rio de Janeiro, ABT, 1983, p.59-72.
- MELLO, S.L. & FREIRE, M. Relatos da (con)vivência: crianças e mulheres da Vila Helena nas famílias e na escola. *Cadernos de Pesquisa*. (56):82-105, fev. 1986.
- TEBEROSKY, A. Construcción de escrituras através de la interacción grupal. In: FERREIRO, E. & PALACIO, M.G. *Nuevas perspectivas sobre los procesos de lectura y escritura*. México, Siglo XXI, 1982.